



OF. 1PL

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 10, 11, 97
cod NAD 00 134

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO

OFÍCIO PR/MT/M/Nº 313

CUIABÁ, 04 DE AGOSTO DE 1994

Senhor Superintendente,

Em decorrência do ofício nº 186/94, desta data, protocolado nesta Procuradoria no dia de hoje, firmado pelo Sr. Superintendente do IBAMA, dando conta de haver chegado informes àquela Superintendência de que " pessoas estariam utilizando o nome do IBAMA e do Superintendente no intuito de arrecadar fundos financeiros para campanha Eleitorais na Região de Sinop e Vera/MT", atribuindo à pessoa do subscritor a prática de possíveis irregularidades, requisita a instauração do competente inquérito policial, visando a sua apuração, com fundamento no art. 5º, do CPP.

Ao ensejo, renovo a V. Sa. protestos de apreço e consideração

MOACIR MENDES SOUSA  
PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA

ILMO. SR.  
BEL DELCI ALVARINHO FERREIRA  
MD SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM EXERCÍCIO

N E S T A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS  
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE MATO GROSSO

OF./IBAMA/SUPES/MT Nº 186/94  
Cuiabá-MT, 04 de agosto de 1994

Procuradoria da República em Mato Grosso  
186/94  
04 / 08 / 94  
Mênia

Senhor Procurador,

Vimos pelo presente solicitar de V. Excia que determine ao Departamento de Polícia Federal, fazer as investigações necessárias para apuração de informes chegados a esta Superintendência de pessoas estariam utilizando o nome do IBAMA e do Superintendente no intuito de arrecadar fundos financeiros para campanha Eleitorais na Região de Sinop e Vera/MT.

Tal fato nos preocupa, pois nunca autorizamos tais contatos, já que os mesmos são ilícitos, ilegais e imorais.

Atenciosamente,

HILÁRIO MOZER NETO  
Superintendente Estadual  
IBAMA/MT

Ilmo. Sr.

Dr. MOACIR MENDES SOUZA

MD. Procurador da República Estado de Mato Grosso

Av. Isaac Povoas nº 1 331 Ed. Milão

N e s t a

# O ESTADO DE MATO GROSSO

ANO 55  
Nº 12.682

Terça-feira  
Cuiabá, 02 de agosto de 1994

PREÇO DO EXEMPLAR:  
R\$ 0,50 — INTERIOR 0,60

## Sogro de Tampinha flagrado pela PF ao tentar subornar

Gerard Jean Trechaud, sogro e assessor do deputado José Augusto Curvo (PMDB-MT), também conhecido como "Tampinha", foi preso em flagrante pela Polícia Federal. Trechaud tentou subornar o chefe do Departamento do Patrimônio Indígena (DPI), Odenir Pinto de Oliveira, para suspender por um mês a fiscalização nas madeiras, tempo suficiente para que empresários do setor arrecadassem recursos destinados a financiar a campanha do deputado. Além da Funai, fariam parte do esquema um delegado da Polícia Federal e o superintendente do Ibama regional, Hilário Mozer Neto, segundo revelou o próprio assessor. *Página 8*

# Polícia Federal prende assessor de José Curvo

**Brasília** - A Polícia Federal prendeu em flagrante ontem o assessor e sogro do deputado José Augusto Curvo (PMDB-MT), Gerard Jean Trechaud, que tentou subornar o chefe do Departamento do Patrimônio Indígena (DPI), Odenir Pinto de Oliveira. O assessor foi detido na tarde de ontem, quando assinava um cheque no valor de R\$ 40 mil, para que o dirigente da Funai interrompesse a fiscalização contra madeireiros no Vale do Guaporé, na fronteira de Mato Grosso com Rondônia.

A tentativa de suborno, num restaurante da cidade, foi captada por um microfone escondido no paletó de Oliveira e gravada a distância por agentes da Polícia Federal. Na conversa, o assessor disse que o deputado estava interessado em suspender por um mês a fiscalização nas madeireiras.

Esse prazo seria suficiente, segundo Oliveira, para que as empresas arrecadassem recursos destinados a financiar a campanha de José Curvo. Além da Funai, o assessor revelou que fariam parte do esquema um delegado da Polícia Federal e o superintendente do Ibama em Mato Grosso, Hilário Mozer, que teria sido indicado para o cargo pelo deputado.

O sogro do parlamentar prometeu, além do "sinal" de R\$ 40 mil, para outros US\$ 300 mil em espécie até setembro e mais US\$ 300 mil em dezembro. O chefe do DPI foi procurado por Trechaud pela primeira vez no dia 14 do mês passado. Além de se apresentar como sogro e assessor do deputado, Trechaud disse que representava os interesses de madeireiras da cidade de Comodoro (MT). "Ele queria negociar um acordo que permiti-

tisse aos madeireiros ter tempo para se adequar a fiscalização na região", disse Oliveira. Nesse encontro, o sogro do deputado já teria insinuado a proposta de suborno ao chefe do DPI que ganha R\$ 1.700 por mês. Sozinho em seu gabinete, sem testemunhas do crime, Oliveira desconversou.

Um dia depois o dirigente da Funai foi convidado para jantar com Trechaud. "Desconfiei que ele ia tentar o suborno de novo e levei um gravador". Com as fitas, Oliveira procurou o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Theo Pereira da Silva, que acionou a Polícia Federal. Nos últimos 15 dias, orientado pelo DPF, o chefe do DPI encontrou pelo menos quatro vezes com Trechaud na tentativa de que ele revelasse outros nomes de pessoas envolvidas no esquema de corrupção. Sempre solícito, Gerard Trechaud pa-

gou os almoços de Oliveira em churrascarias da cidade, sem suspeitar que as conversas eram gravadas. Ontem, uma equipe de seis agentes foi designada pelo superintendente da Polícia Federal, Edmo Salvatori, para fazer o flagrante. Com máquinas fotográficas e câmera de vídeo, os agentes registraram todo o encontro no bar Calipso. "O deputado está preocupado com a liberação da fiscalização e tenho que lhe dar o dinheiro logo", disse Trechaud, sacando do bolso um talão de cheque do Banco do Brasil. A assinatura no cheque no valor de R\$ 40 mil foi deixada para que os agentes prendessem o assessor de José Curvo. Ele só será liberado com pagamento de fiança. Ontem, mesmo foi instaurado inquérito policial e o deputado mato-grossense será convidado a prestar esclarecimento sobre o caso.

## CORRUPÇÃO

# Tampinha disse não ter envolvimento com sogro

Da Redação

O deputado José Augusto Curvo (PMDB-MT), o Tampinha, procurou ontem o DIÁRIO para informar que encaminhou ao presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), ofício em que autoriza a quebra de sigilo bancário de suas contas e pede a demissão de seu sogro e assessor Gerard Jean Trechaud. O assessor foi preso em flagrante pela Polícia Federal, na segunda-feira, quando tentava subornar com R\$ 40 mil o chefe do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Funai, Odenir Pinto de Oliveira. Curvo quer provar que não tem envolvimento com madeireiros e muito menos com o seu sogro e assessor.

O deputado negou que tivesse conhecimento da ação de seu sogro, que com o suborno tentava obter a permissão da Funai para retirar madeira das reservas indígenas do Vale do Guaporé, no oeste do Estado. Curvo admitiu, porém, que há dois meses foi procurado em seu gabinete por lideranças políticas da região do Vale que lhe pediram para interceder junto à Funai e ao Ibama para resolver uma questão de demarcação de terras indígenas naquela região. Ele garantiu que devido a esse problema a fiscalização da Funai estava impedindo a continuidade da retirada da madeira.

Tampinha mostrou fotocópia de trecho do depoimento de seu sogro à Polícia Federal, onde Trechaud isenta o parlamentar de qualquer envolvimento na questão de suborno. Segundo José Augusto Curvo, a Polícia Federal está se baseando no teor da conversa, que diz ter gravado à distância, entre Gerard Trechaud e Odenir Pinto de Oliveira, onde o sogro e assessor de Curvo teria afirmado que o deputado tinha conhecimento de

M.G. Viela



O deputado federal José Augusto Curvo demitiu o sogro do gabinete

toda a operação de suborno. "Se e le usou meu nome, foi sem minha autorização e não posso ser responsabilizado por fatos que desconheço", afirmou José Augusto Curvo.

Ele afirmou também que seu sogro e as lideranças políticas começaram a discutir com técnicos da Funai, na tentativa de se conseguir a liberação da extração da madeira. "Mais de 60 madeiras estão fechadas devido a fiscalização que vem impedin-

do a extração", disse, observando que a população do Vale do Guaporé vive fundamentalmente em função do comércio da madeira.

O deputado disse que vai dispensar a prerrogativa da imunidade parlamentar para depor no inquérito de corrupção ativa aberto contra seu assessor. Curvo admitiu que está aguardando o comunicado da PF para marcar o dia, a hora e o local para depor.

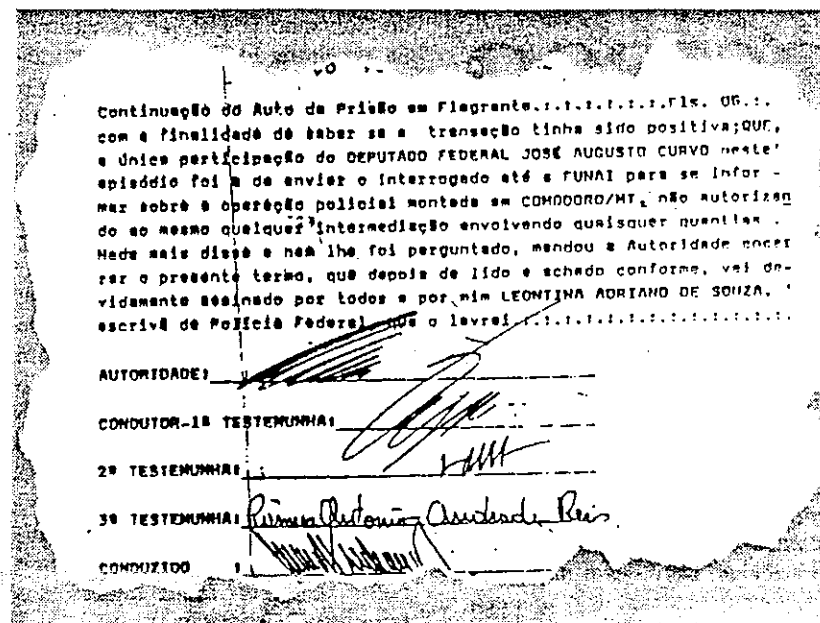


# Deputado Curvo autoriza quebra de sigilo bancário

*Ex-assessor depõe na Polícia Federal e diz que deputado não teve qualquer envolvimento*

Da Redação

O deputado federal José Augusto Curvo (PMDB) entregou pessoalmente ao presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), uma procuração autorizando a quebra de sigilo bancário para que seja esclarecida sua total falta de conhecimento acerca do episódio que envolveu seu ex-assessor Gerald Trechaud - preso em flagrante pela Polícia Federal, em Brasília, ao tentar subornar um funcionário da Funai para liberação de maneira apreendida pelo Ibama em Pontes e Lacerda. Tampinha também se colocou à disposição da PF para qualquer esclarecimento, apesar de suas prerrogativas de deputado (ele pode optar entre depor ou não).



Ao retornar ontem de Brasília, o deputado apresentou à imprensa cópia do depoimento de Trechaud à Polícia Federal, onde não existe qualquer citação sobre seu suposto envolvimento no episódio (ver reprodução no quadro). No depoimento, o ex-assessor afirma que "a única participação do deputado José Augusto Curvo foi a de en-

viar o interrogado até a Funai para se informar sobre a operação policial montada em Comodoro, não autorizando ao mesmo qualquer intermediação envolvendo quaisquer quantias".

Tampinha esclareceu que de fato esteve, há dois meses, em visita aquela região, onde se reuniu com lideranças políticas locais, e

ouve reivindicações sobre a regularização do processo de demarcação de áreas indígenas. As lideranças políticas se mostraram preocupadas com a economia da região por causa da política de extração de madeiras, que constitui base da economia daquela área. "O que fiz foi orientar os representantes da região que entrasse em contato com meu gabinete em Brasília, de onde seriam encaminhados à Funai em busca de solução técnica para a questão", afirma Tampinha. Ele disse que a atitude de seu ex-assessor - já foi afastado do gabinete - foi isolada, ou seja, em momento algum imaginaria sequer que fosse implicar qualquer tipo de transação.

Tampinha esclarece que apenas exerceu seu papel de político, defendendo os interesses da região, sem no entanto atropelar qualquer autoridade ou usar de meios desonestos para conseguir qualquer benefício para quem quer que seja. "Apesar do lamentável incidente, que abalou sobremaneira minha família, prosseguirei minha luta de cabeça erguida", disse.

## Quebra de sigilo

Em ofício ao juiz da 10ª Vara Federal, Pedro Paulo Castelo Branco, a Superintendência da Polícia Federal pediu a quebra de sigilo telefônico do assessor do deputado José Augusto Tampinha Curvo (PMDB-MT), Gerald Trechaud, preso em flagrante ao oferecer R\$ 40 mil para o chefe do Departamento de Patrimônio Indígena (DPI), Odenir Pinto de Oliveira.

## Quebra de sigilo 2

Quanto a Tampinha, a Polícia Federal pediu a quebra do seu sigilo bancário, mas ontem mesmo o deputado entregou procuração ao presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), autorizando a quebra do sigilo.

Os peritos do DPF querem identificar quem repassou os recursos ao assessor para que ele pagasse o suborno. Já a quebra do sigilo telefônico servirá para localiza-



Augusto Curvo: quebra de sigilo

## Tampinha abre as suas contas

O deputado federal José Augusto Tampinha Curvo (PMDB-MT), retornou ontem de Brasília onde foi entregar ao presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), procuração autorizando a quebra do seu sigilo bancário. Tampinha foi acusado por seu ex-assessor, Gerald Trechaud, de envolvimento no caso de suborno a um funcionário da Funai, para liberação de madeira apreendida pelo Ibama em Pontes e Lacerda.

Tampinha confirmou a Inocêncio de Oliveira que, há dois meses, esteve em visita àquela região, onde se reuniu com lideranças políticas locais, seguindo calendário de viagens pelo interior do Estado, ocasião em que ouviu reivindicações sobre a regularização do processo de demarcação de áreas indígenas.

Apesar de ter a seu favor prerrogativas como deputado federal, o que lhe dá o direito de optar a depor ou não, o deputado se colocou à disposição da Polícia Federal para todo e qualquer esclarecimento.

Segundo Tampinha, as lideranças políticas do Vale do Guaporé se mostraram "bastante preocupadas" com a economia da região por causa da política de extração de madeiras, que constitui a base da economia daquela área.

"O que fiz foi orientar os representantes da região que entrassem em contato com meu gabinete em Brasília, de onde seriam encaminhados à Funai, em busca de solução técnica para a questão", disse Tampinha.

Segundo o deputado, a atitude do seu ex-assessor e sogro, Gerald Trechaud, em tentar subornar o funcionário da Funai, foi isolada. "Em momento algum imaginaria sequer que fosse implicar qualquer tipo de transação", declarou.

## Assessor diz que deputado sabia do suborno de servidor da Funai

O francês Gerard Jean Trechaud, sogro e assessor do deputado José Augusto Curvo (PL-MT) e que foi preso em flagrante pela Polícia Federal, na segunda-feira (1), quando tentava subornar com R\$ 40 mil o chefe do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da

Funai, Odenir Pinto de Oliveira, admitiu ontem que "agia a mando de madeireiros do Mato Grosso", mas que o parlamentar tinha conhecimento de sua ação. "Contra fatos não há argumentos", afirmou o superintendente da Polícia Federal, delegado Édmo

Salvatori, sem querer fazer maiores comentários. Com o suborno, Trechaud pretendia conseguir permissão para prosseguir na retirada de madeira das reservas indígenas do Vale do Guaporé, a Oeste de Mato Grosso

(Pág. 2)



Deputado Tampinha: promessa de demitir o sogro e assessor em Brasília



## Tampinha nega envolvimento

Da Reportagem

O deputado federal José Augusto Curvo (PMDB), "Tampinha", voltou a negar que tenha qualquer participação na tentativa de suborno de R\$ 40 mil ao chefe do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Funai (DPI), Odéur Pinto de Oliveira, feita pelo seu assessor e sogro, o francês Gérard Jean Trechaud. Conforme "Tampinha", foi um choque para ele "saber que uma pessoa contratada para trabalhar em meu gabinete tomou uma atitude como essa". O deputado disse que vai demitir o assessor e hoje ma-

mo (ontem) iria entregar uma procuração ao presidente da Câmara para que todas as suas contas bancárias fossem investigadas. "Quero com isso mostrar à sociedade mineiro-grossense e do país, a minha isenção no caso", disse. O deputado Augusto Curvo esteve numa entrevista coletiva à imprensa para explicar o episódio.

Embora o parlamentar mineiro-grossense tenha negado qualquer tentativa de suborno do seu assessor, Gérard Trechaud declarou ao superintendente da Polícia Federal de Brasília, Estelir Salvadori, que o deputado tinha conhecimento de suas ações junto a vários madureiros de Minas Grosso.

## Denúncias podem afetar campanha

A tentativa de corrupção de um funcionário da Funai, amplamente documentada e tornada pública nacionalmente, que redundou na prisão em flagrante, pela Polícia Federal, anteontem em Brasília, do sogro do deputado José Augusto Curvo (Tampinha) causou estragos profundos na candidatura do parlamentar, que postula a reeleição à Câmara dos Deputados, pela legenda do PMDB.

Os estilhaços desse estrago, não deixam de atingir a própria Frente e, sobretudo, o PMDB, partido ao qual o deputado Tampinha pertence e, cuja legenda já sofrera grandes prejuízos políticos e morais pelo envolvimento dos seus parlamentares no escândalo do Orçamento. Tampinha terá que ser contundente nas explicações para afastar de si o "fantasma" do sogro.

É TÓRA

# Sogro acusou "Tampinha" de conivência

Da Agência Estado - Brasília

O francês Gerard Jean Trechaud, sogro e assessor do deputado José Augusto Curvo (PMDB-MT) e que foi preso em flagrante pela Polícia Federal, na segunda-feira (1), quando tentava subornar com R\$ 40 mil o chefe do Departamento de Indígenas e Meio Ambiente da Funai, Odenir Pinto de Oliveira, admitiu hoje que estava a mando de madeireiros do "Sítio Grosso", mas que o parlamentar tinha conhecimento de sua atividade. "Contra fatos não há argumentos", afirmou o superintendente da Polícia Federal, delegado Edmo Salvatori, sem querer fazer maiores comentários. Com o suborno, Trechaud pretendia conseguir permissão para prosseguir na retirada de madeira das reservas indígenas do Vale do Rio poré, no Oeste do Estado. O deputado Augusto Curvo não foi mencionado pela reportagem.

O Superintendente da Polícia Federal adiantou que o auto-reconhecimento em flagrante do assessor francês naturalizado brasileiro - está "recheado" de provas

das, sequência de fotos em que Trechaud aparece retirando, assinando, destacando e entregando o cheque de R\$ 40 mil a Oliveira. Além disso, por meio de transmissor de rádio, há gravações da conversa entre o funcionário da Funai e o assessor de Curvo.

Ontem, o juiz substituto da 8ª Vara Federal da Justiça Federal, Carlos Alberto Simões Tomas, concedeu a prisão preventiva de Gerard Jean Trechaud. Ele está preso por crime de corrupção ativa e, se for condenado, a pena será de 1 a 8 anos. Nos próximos dias a PF pretende solicitar ao juiz a quebra do sigilo bancário do assessor e vai querer saber também se o assessor do deputado recebia pagamentos de madeireiros. Há a possibilidade da PF pedir ao juiz Carlos Alberto Simões Tomas que permita o rastreamento de todas as ligações telefônicas feitas por Trechaud na segunda-feira. Numa fita de vídeo, momentos antes de ser preso em flagrante, Trechaud deixou o restaurante, onde acontecia a "negociação armada pela PF", e deu um telefonema utili-

Arquivo/DC



O deputado federal José Augusto Curvo teve o sogro e assessor preso por tentar subornar um funcionário da Funai

# Mozer rechaçou participação no escândalo

**ERALDO LIMA**  
Da Reportagem

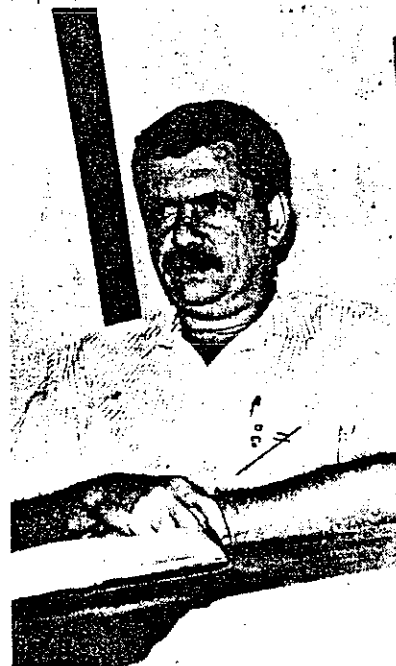
O superintendente do Ibama em Mato Grosso, Hilário Mozer, mostrou-se indignado com as informações veiculadas na imprensa quanto ao seu envolvimento no caso de corrupção do sogro do deputado José Augusto Curvo (Tampinha), Gerard Jean Trechaud. Conforme Hilário Moser, as denúncias não tem nenhum fundamento já que ele sequer conhece o assessor e sogro do deputado federal "Tampinha".

O superintendente do Ibama em Mato Grosso, refutou também todas as acusações que pesam contra ele feitas pelo chefe do Departamento do Patrimônio Indígena (DPI), Odenir Pinto de Oliveira. Mozer acredita que estão fazendo uma "armação" para cima dele, com o propósito de desacreditá-lo perante a

opinião pública. O presidente do Ibama afirmou que desde janeiro deste ano, por iniciativa da instituição que dirige em Mato Grosso, foram realizadas inúmeras operações de fiscalização na área do Vale do Guaporé, que resultaram no fechamento de 7 madeireiras e na aplicação de mais de 100 mil reais em multas só em 94.

De acordo com Hilário Mozer, o trabalho intenso de fiscalização do Ibama já abriu vários inquéritos para apurar denúncias de desmatamento ilegal no Vale do Guaporé, os chefes dos postos de fiscalização da região já foram trocados e o Ibama mandou abrir sindicância. Outra medida tomada pela Superintendência do Ibama foi a de tabelar o volume de desmatamento que cada chefe de posto de fiscalização pode autorizar, dessa forma evitando de trazer problemas à flora.

Arquivo/DC



O superintendente regional do Ibama, Hilário Mozer

Hilário não escondeu a sua irritação com a notícia. Segundo ele, os cerca de 11 mil metros cúbicos de madeiras que estão depositadas no Vale do Guaporé, esperam por autorização judicial para ser leiloadas. As madeiras são nobres como mogno e cerejeira. "Desta forma, eu não seria tão imbecil a ponto de compactuar com um representante da Funai em Mato Grosso ou ainda com um assessor de deputado", frisou.

Hilário Mozer negou também que foi indicado para o cargo de superintendente do Ibama em Mato Grosso pelo deputado "Tampinha". Ele alegou que conhece o deputado há menos de um ano, mesmo assim de forma superficial. "O meu relacionamento com o deputado é meramente partidário. Por outro lado, a minha indicação partiu do partido e nunca do deputado", desabafou.

# O ESTADO DE MATO GROSSO

PREÇO DO EXEMPLAR  
R\$ 0,50 — INTERIOR 0,60

Quarta-feira  
Cuiabá, 03 de agosto de 1994

ANO 55  
Nº 12.683

## Decretada preventiva para sogro de Tampinha

O sogro do deputado José Augusto Curvo, Tampinha, Gerard Trechaud teve sua prisão preventiva decretada ontem pelo juiz substituto da 8ª Vara Fed-

ral, Carlos Alberto Simões, acusado de tentar subornar um funcionário da Funai, em Brasília. Em Cuiabá, o superintendente do Ibama, Hilário Mozer disse ter fica-

do indignado com as acusações feitas pelo sogro de Tampinha de que teria participação no esquema com a Funai e com um delegado da PF. *Página 8*



# Sogro de Tampinha fica preso

**Brasília** - O juiz substituto da 8ª Vara Federal, Carlos Alberto Gonçalves, decretou ontem a prisão preventiva do assessor e sogro do deputado José Augusto Curvo (MDB-MT), Gerard Jean Trechand, preso em flagrante ontem ao tentar subornar um funcionário da Funai. Advogados de Trechand tentaram, sem sucesso, libertá-lo da carceragem da Justiça Federal, onde ele passou a noite.

Em depoimento prestado na noite de anteontem, poucas horas depois do flagrante, Gerard Trechand tentou livrar as acusações

contra o deputado José Curvo. O assessor ofereceu R\$ 640 mil ao chefe do Departamento de Patrimônio Indígena (8DPI), Odenir Pinto de Oliveira, para que ele interrompesse a fiscalização nas madeiras da região do Vale do Guaporé (MT). Trechand disse que, apesar de o deputado estar informado dos contatos com o dirigente da Funai, não falava em nome dele. O sogro de Curvo alegou que estava representando o interesse de madeireiras.

A Polícia Federal pretende pedir a Justiça a quebra de sigilo bancário de Trechand para desco-

brir a origem dos recursos que ele estava disposto a repassar ao funcionário da Funai. Os peritos do DPF querem identificar que donos de madeiras estavam financiando o suborno dos funcionários públicos para interromper a fiscalização da exploração de mogno e cerejeira nas reservas indígenas na região.

## Os nhambiquara

A região habitada pelos índios nhambiquara, no oeste de Mato Grosso e sul de Rondônia, tem sido um dos principais alvos dos madeireiros que atuam na

Amazônia. A situação na área é tensa, porque os madeireiros conseguiram o apoio de algumas tribos para o comércio da madeira, enquanto outras resistem à presença dos invasores. Já ocorreram inclusive conflitos com mortes entre os índios.

No ano passado, índios mataram madeireiros, incendiaram caminhões e apreenderam a madeira derrubada, mas também sofreram ataques, o que levou a Funai a montar barreiras em pontos estratégicos para impedir a ação dos invasores. A região é rica em madeiras nobres, como o mogno,

que já começam a desaparecer nas áreas em torno das áreas indígenas, já intensamente exploradas.

Os nhambiquara estão divididos em vários subgrupos que, em sua maioria, só tiveram contato com o branco a partir da década de 70, com a abertura da rodovia BR 364, que liga Cuiabá a Porto Velho. A fiscalização montada este ano pela Funai, e que foi alvo da tentativa de suborno por Gerard Jean Trechand, assessor do deputado José Augusto Curvo (PL-MT), está prevista para impedir a retirada de madeira

com a montagem de barreiras nas cidades de Pontes e Lacerda (MT) e no posto fiscal 12, em outubro, situado na divisa com o Estado de Rondônia.

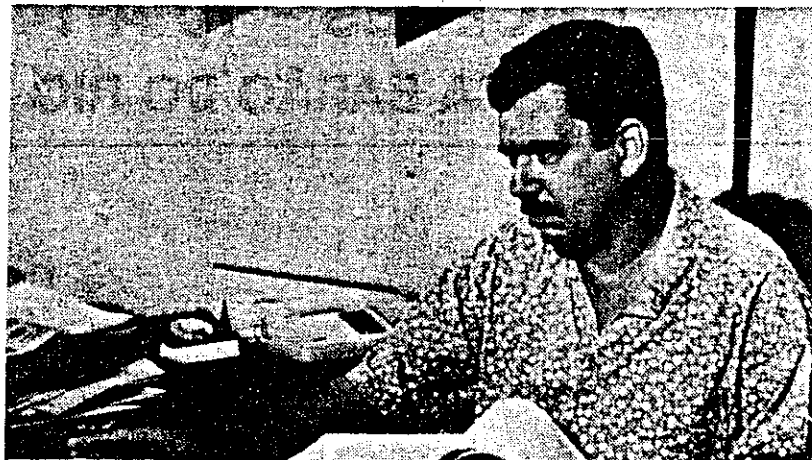
A ação de madeireiros atinge de forma agressiva outras reservas em Rondônia, Maranhão e Pará. Em Mato Grosso, na área dos índios kaipó, a Funai abriu um inquérito no ano passado para investigar o envolvimento de funcionários do órgão na venda ilegal de madeira. O alvo principal é o mogno, uma árvore em extinção com grande aceitação no mercado internacional.

# Mozer desmente envolvimento

O superintendente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Hilário Mozer, disse ontem que está "indignado" com as acusações feitas contra ele por Gerard Jean Trechaud, assessor e sogro do deputado José Tampinha Curvo (PMDB). Mozer foi acusado de participação em um esquema com a Funai (Fundação Nacional do Índio) e com um delegado da Polícia Federal não identificado, para a suspensão da fiscalização de madeiras no Vale do Guaporé, na divisa de Mato Grosso e Rondônia.

Hilário Mozer disse que se quisesse receber propinas para a liberação de madeira não precisaria envolver-se em nenhum esquema, mas simplesmente tratar a questão diretamente com os madeireiros, pois tem o poder de deliberar a apreensão e a liberação das toras. "Nunca vi esse tal Gerard".

Mozer ainda contestou a afirmação do sogro de Tampinha de que o deputado o teria indicado para a Superintendência do Ibama. "Quem me indicou foi a executiva de meu partido, que



Hilário Mozer, superintendente do Ibama está indignado

é o mesmo dele. Tenho a indicação por escrito" - revelou Mozer.

O superintendente do Ibama disse que existem no Vale do Guaporé, nos municípios de Comodoro, Pontes e Lacerda e Vila Bela, 11 mil metros cúbicos de cerejeira, mogno e cedrinho apreendidos devido à falta de documentos de origem da madeira. Segundo Hilário Mozer, o Ibama está fazendo a avaliação para levar o produto a leilão.

O pedido para leiloar a

madeira foi feito pelo Ibama no dia 12 de julho à Justiça Federal. A data de venda somente será definida depois do levantamento que está sendo feito.

O superintendente disse ainda que somente em junho autuou cinco madeiras no Vale do Guaporé, com multas num total de R\$ 100 mil. Segundo ele, a maior madeira da região, que atua em Pontes e Lacerda e é propriedade de Sebastião Bronski, está interdita há dez meses.

"Não liberamos um metro de madeira para ninguém" - acentuou.

Os motivos da apreensão das toras são sempre os mesmos, a falta de documentos que comprovem sua origem. Há indícios de que a madeira possa estar sendo retirada de áreas indígenas localizadas na região.

Conforme Hilário Mozer, o Ibama tem vários inquéritos para apuração de exploração ilícita de madeira. Ele revelou que alguns funcionários foram afastados de sua função em postos do órgão no Vale do Guaporé por suspeitas de facilitar a extração de madeira.

O superintendente mostrou guias de Autorização para Desmatamento, preenchidas por servidores, para a retirada de 720 metros cúbicos de mogno em uma área de 50 hectares na região. "Isso é um absurdo, não existe. Em 50 hectares poderão existir no máximo, estourando, 145 árvores de mogno". Hilário Mozer afirmou que diversos casos como esse estão sendo investigados pelo Ibama.